



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6438 - Trabalho Completo - 14a Reunião da ANPEd – Sudeste (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 05 - Estado e Política Educacional

DESIGUALDADES NO FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO: CAPACIDADE DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL PROTEGIDO EM MINAS GERAIS

Daniel Santos Braga - FAE - Faculdade de Educação da UFMG

Marisa Ribeiro Teixeira Duarte - FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Agência e/ou Instituição Financiadora: CNPq

Desigualdades no financiamento da educação: Capacidade de atendimento educacional protegido em Minas Gerais

Este estudo aborda a espacialização de desigualdades educacionais no território de Minas Gerais. A hipótese analítica considera que relações federativas no Brasil espelham e reforçam formas de desigualdades educacionais intrafederativas. O estudo trata de um tipo específico de desigualdade educacional: a capacidade institucional de atendimento protegido dos entes federativos: a razão entre o número de matrículas na rede municipal de ensino fundamental dos entes federados nas cidades e os recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE) disponíveis para cada entidade mantenedora. O recorte espacial é o estado de Minas Gerais e foram analisados 849 municípios (total de 853) que prestaram informações de receitas no ano de 2018.

De maneira geral, os trabalhos que tratam das condições de oferta educacional analisam as relações entre as condições escolares (infraestrutura escolar, gestão da escola, clima escolar etc.) e resultados educacionais (ALVES; XAVIER, 2017). Outros estudos têm se concentrado nas características de formação e remuneração de professores (GATTI; BARRETO; ANDRÉ, 2011; JACOMINI; ALVES; CAMARGO, 2016). Essa literatura aborda a insuficiência das políticas de investimentos, avaliação e formação na melhoria das condições de equidade no sistema educacional do país. Estudos recentes tratam da distribuição da oferta de serviços públicos no federalismo brasileiro dentre os quais, a educação (MENEZES FILHO; KIRSCHBAUM, 2015), em relação as suas desigualdades (ARRETCHE, 2010; 2015). A expansão da prestação de serviços nas últimas décadas atingiu regiões até então desassistidas. Porém, evidências apontam que essa expansão não foi condição suficiente para a eliminação de desigualdades sociais (ARRETCHE, 2018).

Em relação à educação escolar básica, a desigualdade de acesso diminuiu desde a década de 1980, mas essa redução se deu de maneira significativa apenas no ensino fundamental (RIBEIRO; CENEVIVA; BRITO, 2015). As políticas de inclusão dos *outsiders* (ARRETCHE, 2018), se aproximaram de universalizar o atendimento nessa etapa. Indaga-se nesta pesquisa como assimetrias das condições socioeconômicas dos entes responsáveis pela

oferta do ensino fundamental contribuem para obstaculizar maior igualdade nas condições de oferta da educação escolar. A hipótese em estudo considera que a espacialização dessa oferta entre entes federados desiguais contribuiu para obnubilar desigualdades.

A primeira seção analisou as características populacionais e do atendimento público do ensino fundamental nas cidades de Minas Gerais. Os dados foram obtidos nas estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2019 e do Censo Escolar (INEP, 2018).

Foi evidenciada a existência de grande número de pequenos municípios que têm percentual de matrículas expressivo. Neles, a rede municipal responde pela maior parte das matrículas do ensino fundamental e pela maior parte das matrículas rurais. A pesquisa aferiu que nesses municípios estão os maiores *déficits* de atendimento educacional de crianças de 6 a 14 anos. Por outro lado, a rede estadual está presente de maneira mais significativa nos municípios de porte populacional intermediário. Nestes estão as maiores taxas de escolarização líquida no ensino fundamental.

Quanto à distribuição federativa do atendimento, os dados apontam que os municípios se responsabilizam, majoritariamente, pelas séries iniciais enquanto o estado assume, majoritariamente, as séries finais do ensino fundamental. A mesma configuração se repete para a Educação de Jovens e Adultos.

A segunda seção discute a distribuição da receita corrente líquida e os recursos vinculados à MDE dos municípios na sua relação com o número de matrículas, isto é, sua capacidade de atendimento educacional protegido (CAP).

A receita corrente líquida foi medida pelo somatório das receitas das administrações municipais. Já a CAP foi calculada pela razão entre o montante dos recursos constitucionalmente vinculados somados às receitas advindas do FUNDEB e o total de estudantes matriculados no ensino fundamental público do município (DUARTE; FARIA, 2010).

Foi possível concluir que a rede estadual tem papel importante na oferta de matrículas do ensino fundamental em Minas Gerais, sendo que os maiores percentuais de atendimento estadual em relação ao municipal estão em áreas com menor receita corrente líquida *per capita* do estado. Porém, quando se consideram os municípios com menor capacidade própria, a rede estadual de Minas Gerais está, em geral, pouco presente no atendimento do ensino fundamental.

A última seção apresenta análise das CAP *outliers*. Em geral, municípios com essa característica são muito pequenos. Os de CAP elevada extrema se localizam nas regiões Central, Triângulo e Sul de Minas. Já os com CAP baixa extrema se concentram no Norte, Noroeste e nos vales do Jequitinhonha e Mucuri.

Nesses municípios o atendimento das redes municipais tem prevalência sobre a rede estadual, sendo o percentual mais expressivo para os municípios com valores extremos para baixo da média. Os municípios com CAP extrema, apresentam, em média, taxa de escolarização líquida muito reduzida, expressando grande número de crianças em idade regulamentar não matriculadas no ensino fundamental.

A pesquisa buscou contribuir para o campo de estudos sobre desigualdades educacionais ao subsidiar as análises das capacidades de atendimento protegido e sua relação com o sistema federativo. São necessárias novas pesquisas que avaliem as repercussões e interfaces das desigualdades de CAP em outras desigualdades educacionais tais como

infraestrutura escolar, adequação da formação docente e remuneração de professores.

Palavras-chave: Capacidade de atendimento educacional protegido. Desigualdades educacionais. Organização federativa. Condições de oferta da educação escolar. Ensino fundamental.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria T. G.; XAVIER, Flávia P. (Coord.). *Desigualdades de aprendizado entre alunos das escolas públicas brasileiras: evidências da Prova Brasil (2007 a 2013)*. Brasília: Unesco, 2017. (Série Debates ED: educação, n.5).

ARRETCHE, Marta T.S. Federalismo e igualdade territorial: uma contradição em termos? *Dados*, Rio de Janeiro, v. 53, n. 3, p. 587-620, 2010.

ARRETCHE, Marta T.S. *Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

ARRETCHE, Marta T.S. Democracia e redução da desigualdade econômica no Brasil: a inclusão dos outsiders. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, 33, n. 96, 2018.

DUARTE, Marisa R. T.; FARIA, Geniana G. Capacidade institucional de atendimento protegido. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. *Dicionário: trabalho, profissão e condição docente*. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

GATTI, Bernardete A.; BARRETO, Elba S. S.; ANDRÉ, Marli E.D.A. *Políticas docentes no Brasil: um estado da arte*. Brasília: Unesco, 2011. 297 p.

IBGE. *Estimativas da população residente para os municípios e para as unidades da federação*. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. 16 p. (Série Ibgeana).

INEP. *Censo Escolar*. Brasília: INEP, 2018. [Microdados].

JACOMINI, Márcia A.; ALVES, T.; CAMARGO, Rúbens B.. Remuneração docente: desafios para o monitoramento da valorização dos professores brasileiros no contexto da Meta 17 do Plano Nacional de Educação. *Archivos Analíticos de Políticas Educativas*, 24, 1-35., 2016.

MENEZES FILHO, Naércio A.; KIRSCHBAUM, C. Educação e desigualdade no Brasil. In: ARRETCHE, M. T. S. *Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. São Paulo: Editora Unesp, 2015. p. 109-132.

RIBEIRO, Carlos; CENEVIVA, Ricardo; BRITO, Murillo de. Estratificação educacional entre jovens no Brasil: 1960 a 2010. In: ARRETCHE, M. T. S. (Org.). *Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos 50 anos*. São Paulo: Editora da Unesp/CEM-USP, 2015.